

LITERATURA, JUSTIÇA E CAPITALISMO:
Aprendendo com *O Mercador de Veneza*

LITERATURE, JUSTICE AND CAPITALISM:
Learning from *The Merchant of Venice*

Julio da Silveira Moreira

Universidade Federal da Integração Latino-America (UNILA). Toledo, Paraná, Brasil. julio.moreira@unila.edu.br.
Orcid: 0000-0002-3597-6420.

Resumo: Este artigo analisa *O Mercador de Veneza*, de Shakespeare, explorando as relações entre Direito, Literatura e sociedade no contexto do capitalismo mercantil. Por meio de uma metodologia interdisciplinar, examina personagens como Shylock, Antônio e Pórcia para discutir justiça, moralidade e discriminação religiosa. Conclui-se que a peça transcende seu tempo, refletindo contradições sociais, enquanto destaca a relevância de estudar Shakespeare em áreas como Direito, Filosofia e Sociologia, evidenciando sua atualidade para debates sobre poder, justiça e identidade.

Palavras-chave: Direito. Literatura. Shakespeare. Capitalismo mercantil. Justiça. Interdisciplinaridade.

Abstract: This article analyzes *The Merchant of Venice* by Shakespeare, exploring the relationships between Law, Literature, and society in the context of mercantile capitalism. Through an interdisciplinary methodology, it examines characters such as Shylock, Antonio, and Portia to discuss justice, morality, and religious discrimination. It concludes that the play transcends its time, reflecting social contradictions and hypocrisies, while highlighting the relevance of studying Shakespeare in fields such as Law, Philosophy, and Sociology, demonstrating its relevance to contemporary debates on power, justice, and identity.

Keywords: Law. Literature. Shakespeare. Mercantile capitalism. Justice. Interdisciplinarity.

INTRODUÇÃO

A relação entre Direito e Literatura tem se mostrado um campo de estudo fundamental para a compreensão das dinâmicas sociais, culturais e jurídicas que permeiam as sociedades ao longo da história. A obra *O Mercador de Veneza*, de William Shakespeare, é um exemplo paradigmático dessa intersecção, ao explorar, por meio de uma narrativa dramática, questões como justiça, moralidade, discriminação religiosa e conflitos éticos em um contexto de transição para o capitalismo mercantil. A peça, ambientada na Veneza renascentista, não apenas reflete as tensões da época, mas também ilumina as complexidades do Direito como um campo onde valores culturais, interesses econômicos e relações de poder são negociados e contestados. Ao dramatizar temas como a usura, o antissemitismo e as obrigações contratuais, Shakespeare revela como o Direito não se limita a um conjunto de normas, mas é também um espaço de disputa e transformação social.

A importância de Veneza como cenário central da peça não é meramente decorativa, mas simbólica. A cidade, um dos principais centros do capitalismo mercantil no século XVI, representa um microcosmo das contradições de uma Europa em transição, onde o comércio global e a acumulação de capital começavam a reconfigurar as estruturas econômicas e sociais. Shakespeare utiliza esse contexto para explorar as tensões entre a moralidade cristã e as práticas econômicas emergentes, personificadas na figura de Shylock, o judeu agiota, e de Antônio, o mercador cristão. A peça também aborda as complexas relações entre colonização, comércio e exploração, ao sugerir que a riqueza de Veneza está intrinsecamente ligada à expansão colonial e ao saque de recursos das Américas. Assim, a obra não apenas reflete a realidade veneziana, mas também dialoga com os dilemas enfrentados pelo público elisabetano, como o antissemitismo, o papel do comércio global e as tensões entre moralidade e pragmatismo econômico.

Além disso, a peça constrói sua narrativa em torno de uma série de contratos e julgamentos que servem como metáforas para as relações de poder e as hierarquias sociais da época. O contrato entre Shylock e Antônio, com sua cláusula da "libra de carne", é um exemplo emblemático de como Shakespeare utiliza o Direito para explorar os limites da humanidade, da justiça e da vingança. A intervenção de Pórcia, disfarçada como um jovem advogado, no julgamento de Antônio, não apenas resolve o conflito central da trama, mas também desafia as normas de gênero e questiona a rigidez das leis. Através desses elementos, Shakespeare oferece uma crítica implícita à hipocrisia de uma sociedade que, ao mesmo tempo em que condenava a usura e exaltava valores de caridade e bondade cristãs, dependia do comércio colonial e da exploração de povos e recursos para seu enriquecimento. Este artigo busca, portanto, analisar como *O Mercador de Veneza* utiliza

a Literatura para iluminar as complexidades do Direito e da moralidade em um período de profundas transformações históricas e sociais.

DIREITO E LITERATURA

José Roberto de Castro Neves sugere que tanto o Direito quanto a Arte são expressões concretas de fatos históricos e culturais, em vez de meras abstrações teóricas. No entanto, a análise desses fatos vai além de sua materialidade, enfocando os significados que carregam e sua relevância para a construção da sociedade. Eles funcionam como manifestações fundamentais da condição humana, não apenas por sua existência objetiva – como leis ou obras de arte –, mas por representarem valores, conflitos e transformações ao longo do tempo. Assim, a História do Direito, as teorias que justificam as instituições jurídicas, e também as obras de arte, dão chaves para desvendar os contextos históricos e culturais que moldaram a sociedade.

Direito e arte são fatos, e não uma teoria. Evidentemente, admite-se especular acerca do direito e da arte, mas isso a partir de fatos. Uma lei e um quadro são fatos. Entretanto, arte e direito dão bons exemplos de que os fatos podem ter menos força do que o significado que carregam (Neves, 2020, p. 23).

Na obra *O Mercador de Veneza*, a relação entre Direito e Literatura torna-se evidente ao examinar como Shakespeare utiliza a narrativa dramática para explorar questões jurídicas e sociais de sua época. A peça não se limita a apresentar os “fatos” das relações contratuais ou conflitos morais; ela atribui significados a essas situações, revelando as tensões culturais e institucionais que permeavam a sociedade renascentista. Nesse sentido, ela ilustra a ideia de que tanto o Direito quanto a Arte não são meramente normas ou objetos isolados, mas fenômenos que ganham força por meio dos significados que carregam.

Ao dramatizar questões como discriminação religiosa, conflitos éticos e obrigações contratuais, evidencia a capacidade da Literatura de captar e transmitir as dinâmicas do Direito em sua forma mais ampla. Ao fazer isso, Shakespeare revela como o Direito não é apenas um conjunto de normas, mas também um campo em que valores culturais, interesses econômicos e relações de poder são negociados e contestados, mostrando como a Literatura pode iluminar as complexidades da justiça e da moralidade ao longo da história.

IMPORTÂNCIA DE VENEZA NA HISTÓRIA

O contexto geopolítico da Europa renascentista, especialmente durante o reinado de Elisabete I (1558-1603), foi marcado pelo confronto com potências católicas, como Espanha e

França, e pela consolidação do anglicanismo como religião oficial da Inglaterra. Esse cenário permeia as obras de William Shakespeare (1564-1616), que frequentemente utilizava a dramaturgia para explorar questões de poder, identidade e convivência social. No plano internacional, a Inglaterra enfrentava desafios como a ameaça da Armada Invencível (1588), enviada por Filipe II da Espanha, um evento que consolidou a rivalidade anglo-espanhola e reforçou a necessidade de afirmar a soberania inglesa. Internamente, o país buscava unificar sua identidade cultural e religiosa após os tumultos da Reforma Protestante iniciada por Henrique VIII (1509-1547) e aprofundada por sua filha Elisabete.

Nesse contexto, a literatura e o teatro tornaram-se instrumentos cruciais para debater as transformações políticas, sociais e econômicas da época. A ascensão do teatro público, com a construção de espaços como o Globe Theatre (1599), proporcionou a Shakespeare e seus contemporâneos, como Christopher Marlowe (1564-1593) e Ben Jonson (1572-1637), uma plataforma para engajar o público com narrativas que refletiam tanto as disputas de soberania quanto as dinâmicas sociais de uma sociedade em transição. Obras como *O Mercador de Veneza* (escrita entre 1596 e 1598) exemplificam como Shakespeare abordava essas questões, situando suas histórias em cenários internacionais, como a Veneza renascentista, mas explorando temas universais, como justiça, poder e discriminação, que ressoavam profundamente com as transformações culturais e políticas de sua época.

O Mercador de Veneza é uma das obras mais emblemáticas para compreender as tensões éticas, sociais e econômicas que moldavam a Europa renascentista. Escrito em um momento de intensa transformação cultural e fortalecimento do comércio internacional, o texto explora, por meio de sua narrativa fictícia, as interações e os conflitos entre diferentes grupos religiosos, culturais e econômicos. Veneza era um dos centros do capitalismo mercantil, e refletia a complexidade de um mundo onde riquezas e culturas se cruzavam, mas as relações humanas permaneciam moldadas por preconceitos e desigualdades estruturais.

Registravam-se lucros altos no desenvolvimento do comércio. Essa foi a época áurea do comércio, quando se fizeram fortunas – o capital acumulado – que formariam o alicerce para a grande expansão industrial dos séculos XVII e XVIII (Huberman, 1974, p. 102).

Huberman refere-se ao período de transição entre o feudalismo e o capitalismo mercantil, contexto em que a peça de Shakespeare está inserida. Veneza simboliza esse momento histórico de acumulação de capital, essencial para o surgimento do capitalismo moderno. O comércio desempenhava um papel central na reorganização das estruturas econômicas e sociais, abrindo caminho para a modernidade. A peça, portanto, funciona como um reflexo literário dessas

mudanças, evidenciando as interações entre o Direito, a economia e a cultura no período da transição para o capitalismo.

Ao ambientar a narrativa em Veneza, Shakespeare desloca o foco das tensões internas da Inglaterra para um cenário cosmopolita, que permite uma escala ampliada para visualizar os problemas sociais, econômicos e geopolíticos do que se formava como Europa Ocidental e que influenciava toda a dinâmica global. A peça não apenas reflete a realidade veneziana, mas também dialoga com os dilemas enfrentados pelo público elisabetano, como o antissemitismo, o papel do comércio global e as tensões entre moralidade e pragmatismo econômico. A ambiguidade da peça – que simultaneamente critica e reproduz estereótipos – convida os espectadores a refletirem sobre as contradições entre o discurso moral e as práticas sociais de sua época.

Além disso, a peça aborda questões econômicas e políticas associadas ao florescimento do comércio global, que transformava as relações humanas e estruturava novas hierarquias sociais. Veneza, retratada como um espaço de convergência entre culturas, revela tanto o potencial transformador quanto os conflitos inerentes ao capitalismo nascente. As interações entre os personagens evidenciam como as práticas econômicas e as estruturas de poder moldavam as relações interpessoais e perpetuavam desigualdades.

Durante a Idade Média e o início da Idade Moderna, o poder da Igreja Católica exercia uma influência significativa sobre as práticas econômicas e culturais. Um dos principais princípios impostos pela Igreja era a proibição da usura, ou seja, o empréstimo de dinheiro a juros, considerado uma violação da lei natural. Para os cristãos, a ideia de que o dinheiro pudesse “criar” dinheiro era vista como contrária à ordem divina, já que apenas a criação humana ou natural deveria gerar valor.

Por outro lado, a Europa, mesmo em regiões majoritariamente cristãs, sempre foi marcada por diversidade religiosa. Em Veneza, existia uma expressiva população judaica, que, diante das restrições impostas aos cristãos, desempenhava um papel fundamental nas operações de crédito. Essa convivência, no entanto, gerava tensões, com os judeus sendo frequentemente atacados e estigmatizados como pessoas que desrespeitavam os valores cristãos.

A prática do empréstimo de dinheiro por judeus não apenas os diferenciava economicamente, mas também servia como um ponto de convergência para preconceitos, discriminação e xenofobia. Essas tensões refletiam contradições profundas na sociedade da época, em que os judeus eram indispensáveis para as operações comerciais, mas, ao mesmo tempo, eram alvo de acusações. Essa segregação, por sua vez, reflete a tensão entre a dependência econômica e a exclusão cultural dos judeus. Apesar de sua relevância na vida comercial da cidade, sua presença era regulamentada de maneira a perpetuar um sistema de hierarquias e exclusões. Eles

eram segregados em guetos, bairros isolados da cidade, onde viviam sob restrições sociais e econômicas. Além disso, eram obrigados a usar chapéus específicos que os identificavam como judeus, um símbolo de exclusão que ecoa práticas semelhantes na Alemanha nazista, como as leis discriminatórias implementadas a partir de 1933.

Shakespeare constrói em Veneza um microcosmo das contradições de sua época. A peça, classificada como comédia, não ignora a gravidade de temas como antissemitismo e usura, mas os equilibra com recursos cômicos típicos do gênero: diálogos espirituosos, disfarces (como o de Pórcia no tribunal) e um desfecho que aparenta reconciliação, ainda que carregado de ambiguidades.

A Veneza shakespeariana, assim como a Londres elisabetana, são palcos de uma sociedade em transição, onde o comércio global reconfigurava hierarquias e aprofundava desigualdades. A figura de Shylock, o judeu agiota, encarna as tensões entre a dependência econômica de grupos marginalizados (como os judeus, responsáveis pelo crédito em um mundo cristão que condenava a usura) e a exclusão cultural que os mantinha segregados em guetos — prática que ecoava até mesmo na Inglaterra pós-Reforma. A comédia, porém, dilui a aspereza desses conflitos com ironia e reviravoltas, como a inversão de papéis no tribunal, onde Pórcia, disfarçada de homem, subverte expectativas de gênero e justiça.

Shakespeare utiliza a estrutura cômica para criticar, de forma indireta, as hipocrisias de uma Europa que dependia do capital judeu enquanto propagava estereótipos antissemitas. O “final feliz” — com casamentos e restauração da ordem — mascara a violência do destino de Shylock, forçado à conversão, um artifício que reflete a dualidade do período: o avanço mercantil convivia com práticas de exclusão, e o riso no teatro elisabetano servia tanto para entreter quanto para camuflar contradições sociais.

O CONTEXTO COLONIAL SUBJACENTE

O Mercador de Veneza insere-se em um contexto histórico que reflete o surgimento do capitalismo mercantil, marcado pela expansão comercial europeia e pela colonização das Américas. Veneza, como cenário central da peça, simboliza as cidades comerciais europeias que desempenharam um papel fundamental na consolidação do capitalismo. Durante esse período, conhecido como a era áurea do comércio, as rotas marítimas conectavam o mundo, e a acumulação de capital mercantil lançava as bases para a posterior expansão industrial dos séculos XVII e XVIII.

A figura de Antônio, o mercador de Veneza, representa esse contexto. Ele é um proprietário de barcos que navegam pelas Américas, trazendo mercadorias que sustentam sua fortuna. Embora a peça trate de maneira tangencial a exploração colonial, o pano de fundo histórico revela a interdependência entre o comércio europeu e a colonização. Como apontado por Huberman, esse período foi marcado por altos lucros, acúmulo de capital e pela ascensão de uma classe burguesa que rompia com o imobilismo medieval. Veneza, como um dos principais centros comerciais do Mediterrâneo, só alcançou sua prosperidade devido à colonização e à exploração de recursos em territórios como a América Latina.

Um exemplo significativo dessa relação está na exploração de prata em Potosí, na Bolívia, mencionada por Eduardo Galeano:

Entre 1503 e 1660, desembarcaram no porto de Sevilha 185 mil quilos de ouro e 16 milhões de quilos de prata. A prata levada para a Espanha em pouco mais de um século e meio excedia três vezes o total das reservas europeias. E essas cifras não incluem o contrabando. Os metais arrebatados aos novos domínios coloniais estimularam o desenvolvimento europeu e até se pode dizer que o tornaram possível (Galeano, 1998, p. 25).

Essa prata foi essencial para a economia europeia, sendo utilizada na fabricação de moedas pela Casa da Moeda do Império Espanhol, instalada em Potosí. Em vez de exportar a prata bruta, os colonizadores passaram a produzir moedas diretamente na América, demonstrando a integração econômica entre os continentes e o papel central da América Latina no surgimento do capitalismo europeu.

Veneza, como centro comercial, reflete a tensão entre a mentalidade mercantil emergente e os valores medievais, como a proibição cristã de emprestar dinheiro a juros, um símbolo do imobilismo feudal. Essa proibição, contrastada com a prática judaica de cobrar juros, é uma das fontes de conflito na peça. O personagem Shylock, como agiota judeu, representa o novo papel econômico da burguesia mercantil, enquanto a atitude cristã de recusar os juros reflete um sistema que começava a ser superado.

Antônio não é um colonizador no sentido clássico das figuras como Colombo, Cabral ou Cortés, que lideravam expedições e realizavam diretamente a conquista de terras e a subjugação de povos. Em vez disso, ele representa um papel econômico essencial: o do empresário que financia a exploração colonial.

A necessidade de mercados cada vez mais extensos para seus produtos impele a burguesia para todo o globo terrestre. Ela deve estabelecer-se em toda parte, instalar-se em toda parte, criar vínculos em toda parte (Marx; Engels, 2010, p. 47).

A análise de Karl Marx sobre a necessidade de mercados globais ajuda a compreender como o comércio marítimo, no qual Antônio está inserido, conectava os centros europeus às colônias, criando vínculos fundamentais para a consolidação do capitalismo mercantil. Esses vínculos, baseados na exploração de povos indígenas e no saque sistemático de recursos naturais, não apenas sustentavam o enriquecimento das economias metropolitanas, mas também fortaleciam o poder da classe mercantil. Antônio, nesse sentido, personifica essa dinâmica, operando como uma ponte entre as economias locais e o sistema colonial global.

Essa expansão econômica, fundamentada na exploração colonial, não era apenas uma busca por lucros, mas também uma imposição necessária para a sobrevivência e o fortalecimento da burguesia, como explica Marx. Em *O Mercador de Veneza*, mesmo que de forma implícita, a figura de Antônio revela como as bases econômicas do colonialismo estavam profundamente interligadas com as relações comerciais que estruturaram a sociedade europeia renascentista. Dessa forma, Shakespeare reflete, ainda que indiretamente, a centralidade das relações econômicas globais na formação das hierarquias sociais e políticas da época.

Antônio investe na indústria naval, sendo proprietário de embarcações que partem em expedições comerciais, especialmente rumo às Américas, com o objetivo de explorar as riquezas da terra e dos povos nativos. Embora esses povos não sejam mencionados diretamente no texto, o enriquecimento de Antônio está intimamente ligado ao sistema colonial, que dependia do saque de recursos naturais e da exploração de populações locais. O lucro acumulado por Antônio, garantido por meio do controle das atividades marítimas, exemplifica como o comércio global e a expansão europeia para além-mar estavam profundamente enraizados na dinâmica social e cultural de uma cidade como Veneza. A narrativa o insere como uma representação da classe mercantil emergente, que financiava o colonialismo e lucrava a partir dele, destacando o papel incipiente do capital como força motriz do empreendimento colonial europeu.

Ele representa a figura do capitalista que sustenta e se beneficia do projeto colonial, mesmo sem estar diretamente envolvido nas ações violentas associadas à conquista e subjugação de terras e povos. Por isso, é interessante como ele é representado na peça como um cristão benevolente, generoso e disposto a ajudar Bassanio em sua empreitada romântica. Essa imagem mascara as contradições entre os valores morais que ele simboliza e as dinâmicas exploratórias que sustentam sua fortuna. Além disso, o ar arrogante com que trata Shylock quando vão celebrar o contrato, refletindo essa suposta superioridade moral, por si só já evidencia a contradição do personagem.

Essa construção narrativa reflete uma crítica implícita à hipocrisia de uma sociedade que, ao mesmo tempo em que condenava a usura e exaltava valores de caridade e bondade cristãs, dependia do comércio colonial e da exploração de povos e recursos para seu enriquecimento. A

posição de Antônio reforça o contraste com Shylock que é vilanizado por cobrar juros. Enquanto a moralidade de Shylock é posta em julgamento ao longo da peça, as práticas econômicas de Antônio, igualmente envolvidas em dinâmicas de exploração, são relegadas a um lugar quase imperceptível.

RIALTO E BELMONTE

O contraste entre os cenários de Veneza e Belmonte é central para a dinâmica da peça, oferecendo uma rica oposição entre dois mundos distintos. Grande parte da comédia ocorre no Rialto, a região comercial mais importante da cidade. O Rialto, com sua famosa ponte, era o principal centro financeiro e mercantil de Veneza, abrigando o mercado e a bolsa de valores. A ponte do Rialto, embora tenha sido reconstruída e ampliada ao longo dos séculos, representa a vitalidade econômica da cidade e o trânsito intenso de pessoas, bens e ideias.

O movimento constante no Rialto simboliza não apenas a prosperidade comercial de Veneza, mas também a complexidade das relações sociais que se desenvolviam nesse ambiente. A mistura de culturas, religiões e interesses econômicos criava um cenário propício tanto para a colaboração quanto para o conflito, refletindo a dualidade central da peça: uma sociedade que dependia da diversidade, mas que era incapaz de aceitá-la plenamente.

O Rialto é marcado pelo burburinho do comércio, pela frieza das relações financeiras e pela atmosfera pragmática que rege as interações humanas. É nesse espaço que Antônio, Bassânio e Shylock atuam como figuras centrais, personificando as tensões do capitalismo emergente e das disputas econômicas que permeiam a cidade.

Em contrapartida, Belmonte é retratada como um cenário de conto de fadas, com elementos que evocam o imaginário medieval. É o espaço de Pórcia, uma jovem princesa que, embora rica, bela e altamente desejada por sua posição na alta sociedade, vive um drama pessoal imposto pelo falecido pai. Antes de sua morte, ele estabeleceu que ela não poderia escolher livremente seu marido; seu casamento seria decidido por um sistema de sorteio. Esse sistema consistiu em três caixas, feitas de ouro, prata e chumbo, entre as quais os pretendentes deveriam adivinhar qual continha o retrato da princesa. Essa escolha, carregada de simbolismo, transforma Belmonte em um espaço onde valores como mérito, sabedoria e caráter são testados, contrastando com a lógica fria e mercantil de Veneza.

Pórcia, apesar de ser apresentada como uma figura idealizada – rica, bela e dotada de todas as qualidades esperadas de uma mulher da nobreza – enfrenta as limitações impostas por sua condição. Sua situação a coloca em um papel típico de contos de fadas, evocando figuras como

Cinderela ou Rapunzel. Belmonte, com seu cenário fantasioso, reforça essa imagem, apresentando-se como um castelo onde Pórcia aguarda um cavaleiro capaz de “salvá-la” ao decifrar o enigma das caixas.

A peça transita entre esses dois mundos – Rialto e Belmonte – ressaltando os contrastes entre modernidade e tradição, pragmatismo e idealismo. Rialto representa o mundo moderno, urbano e comercial, enquanto Belmonte remete ao mundo medieval, idealizado e repleto de valores de corte. No entanto, essas esferas aparentemente separadas se encontram quando Pórcia desempenha um papel decisivo na trama, quebrando sua posição passiva e assumindo a liderança ao salvar Antônio e resolver os conflitos que se desenrolam em Veneza.

Essa justaposição entre os dois cenários e suas dinâmicas reflete o talento de Shakespeare para mesclar elementos medievais e modernos, criando um universo onde diferentes visões de mundo coexistem e se complementam. Ao explorar essas contradições, a peça oferece um olhar profundo sobre os valores e dilemas de sua época, apresentando Pórcia como a figura que une e resolve os conflitos entre os dois mundos.

Na tradição romana, Pórcia (ou *Porcia Catonis*) é uma figura histórica e simbólica associada ao estoicismo, virtude e força moral. Filha de Catão, o Jovem, e esposa de Brutus, um dos assassinos de Júlio César, Pórcia simboliza a figura da mulher estoica, disposta a enfrentar o sofrimento e até a morte para preservar sua honra e apoiar os ideais de seu marido, mesmo em tempos de extrema adversidade.

Na peça, Shakespeare reutiliza o nome Pórcia para construir uma personagem que, embora situada em um contexto diferente, carrega traços de virtude, inteligência e coragem. Contudo, ela não é uma figura passiva: sua sagacidade e capacidade de agir estrategicamente são fundamentais para a resolução dos conflitos principais da trama. Assim como a figura histórica de *Porcia Catonis*, a personagem de Shakespeare combina qualidades idealizadas de feminilidade com um papel ativo e decisivo, desafiando os limites impostos às mulheres em seu contexto.

Ela encarna os valores medievais de virtude e idealismo, sendo comparada à filha de Catão por sua nobreza de espírito e refinamento. Contudo, sua atuação na resolução dos conflitos de Veneza revela uma adaptação à lógica pragmática e jurídica do mundo moderno. Esse duplo papel a transforma na figura que conecta Rialto e Belmonte, unindo os valores de dois mundos aparentemente opostos.

Através de Pórcia, Shakespeare transcende os estereótipos de gênero de sua época, atribuindo à personagem uma agência incomum para mulheres em papéis dramáticos tradicionais. Dessa forma, ela não apenas resolve os conflitos entre os personagens, mas também simboliza a

integração de diferentes visões de mundo em um momento de profundas transformações culturais e sociais.

UMA TRAMA DE CONTRATOS E JULGAMENTOS

A peça constrói sua narrativa em torno de três contratos principais: o contrato do sorteio das arcas, que envolve Pórcia e seus pretendentes; o contrato do empréstimo, que conecta Bassanio, Antônio e Shylock; e o contrato nupcial entre Bassanio e Pórcia, simbolizado pelo anel. Cada um desses contratos é acompanhado por um julgamento correspondente, refletindo as tensões entre promessas, obrigações e interpretações jurídicas.

A história de Bassânio é um dos motores dessa trama. Ao saber do sorteio que determinará o futuro marido de Pórcia, decide participar, mas precisa de recursos para financiar a viagem até Belmonte. Sem dinheiro, ele recorre ao seu amigo Antônio, o mercador, para ajudá-lo a obter o empréstimo necessário.

Antônio, que já enfrenta dificuldades financeiras devido a seus investimentos marítimos, não tem recursos imediatos, mas se oferece como avalista do empréstimo. Eles procuram Shylock, para garantir o montante necessário. Nesse ponto, a peça introduz um elemento central: o contrato firmado entre Shylock e Antônio, no qual Shylock estipula como garantia uma “libra de carne” do corpo de Antônio, caso a dívida não seja quitada. Esse acordo, marcado por sua brutalidade e literalidade, reflete as tensões religiosas, morais e econômicas que permeiam a peça. A cláusula proposta revela sua intenção de transformar a rigidez da lei em uma arma contra Antônio.

O diálogo entre Shylock e Antônio revela essas tensões de maneira direta. Shylock acusa os cristãos de emprestarem dinheiro sem cobrar juros, o que, segundo ele, desvaloriza o mercado e prejudica os judeus que dependem das taxas para sua sobrevivência. No entanto, Shylock aponta a hipocrisia dessa suposta “benevolência cristã”: enquanto os cristãos se apresentam como generosos e altruístas, eles desprezam e discriminam os judeus, cuspidos em suas caras e tratando-os com desprezo.

A própria nomenclatura que designa Shylock, frequentemente referido simplesmente como “o judeu”, reforça a desumanização e a discriminação que ele sofre. Essa prática linguística, ao reduzir Shylock a sua identidade religiosa, espelha formas contemporâneas de preconceito, em que categorias sociais são usadas para marcar negativamente certos grupos. A força dessa desumanização levanta reflexões sobre quem realmente ocupa o centro da narrativa: o “mercador”, que dá nome à peça, ou o “judeu”, cuja presença personifica as tensões éticas e sociais exploradas por Shakespeare.

Esse conflito coloca em evidência a crítica de Shakespeare à sociedade cristã da época, uma crítica articulada através da fala de Shylock. Por meio de sua perspectiva, a peça expõe as contradições e injustiças do comportamento cristão, que combina uma postura moral superior com práticas de exclusão e preconceito. Essa complexidade levanta uma questão fundamental: quem é o verdadeiro protagonista de *O Mercador de Veneza*? Seria Antônio, o mercador titular da obra? Seria Shylock, o judeu cuja figura é marcada pelo preconceito e pela exclusão? Seria Bassânio, o jovem imprudente que, em busca de realizar seus desejos, desencadeia a sequência de eventos que move a história? Ou talvez Pórcia, cuja inteligência e intervenção ativa não apenas resolvem os conflitos principais, mas também questionam os limites das normas de gênero e justiça em seu contexto?

Em última análise, *O Mercador de Veneza* apresenta uma narrativa polifônica, onde cada personagem – o mercador, o judeu, o jovem aventureiro e até a princesa – desempenha um papel crucial na construção das tensões e dilemas que definem a obra.

A cena em que o empréstimo é negociado é um dos momentos mais marcantes e simbólicos da peça. Bassânio permanece à margem do diálogo entre Antônio e Shylock, aguardando o desfecho das negociações. O foco recai sobre o embate entre o mercador cristão e o judeu agiota, cuja tensão personifica as contradições religiosas, econômicas e sociais da época.

Shylock, inicialmente, parece relutante em conceder o empréstimo, demonstrando desconfiança em relação a Antônio. Ele repete diversas vezes as condições do contrato e o valor solicitado, detalhando os cálculos dos juros. No entanto, em um momento inesperado, Shylock altera sua proposta. Ele decide não cobrar juros, algo que seria convencional em sua posição como agiota, e propõe uma garantia inusitada: caso Antônio não cumpra o contrato, Shylock exigirá uma libra de carne do corpo de Antônio como pagamento.

Essa mudança de termos adiciona um elemento dramático e grotesco ao acordo, refletindo não apenas a relação de antagonismo entre os dois personagens, mas também a dinâmica de poder e desprezo que caracteriza suas interações. A libra de carne, que equivale a uma quantidade pouco maior que um quilo, carrega um simbolismo profundo: a transformação do corpo humano em objeto de troca e punição. Essa proposta, ao mesmo tempo literal e metafórica, não se limita a intensificar uma tensão entre valores cristãos e judeus, mas revela um jogo mais complexo que Shakespeare constrói ao explorar os limites da lei, da moralidade e da humanidade. A cláusula da “libra de carne” transcende um simples embate religioso e funciona como um instrumento para questionar até onde as pessoas estão dispostas a levar suas convicções, seus preconceitos e suas próprias noções de justiça.

A atitude de Antônio nessa negociação vai além de uma simples manifestação de preconceito sistemático. Representando os cristãos, age com desdém e uma confiança que beira a arrogância, aceitando a condição de Shylock com um ar de despreocupação. Ele parece ignorar ou minimizar o risco implícito no contrato, revelando não apenas sua confiança na própria capacidade de honrar a dívida, mas também uma visão quase cega de superioridade moral e social.

Antônio encarna a segurança de quem ocupa uma posição privilegiada em uma hierarquia que constantemente marginaliza Shylock e sua comunidade. A aparente benevolência cristã, simbolizada pela disposição de Antônio de ajudar Bassanio, contrasta ironicamente com a hostilidade e a violência simbólica dirigidas a Shylock, cuja humanidade é reduzida a uma caricatura pelas estruturas sociais e culturais da época.

Shakespeare, portanto, não apenas tece uma crítica social direta, mas também explora as complexas camadas das relações inter-religiosas e das hierarquias sociais. O comportamento de Antônio, ao mesmo tempo magnânimo e excludente, revela os paradoxos e as tensões que sustentam essas dinâmicas. Mais do que uma condenação unilateral, a peça desafia o espectador a refletir sobre os limites da moralidade, os mecanismos de poder e a forma como preconceitos são legitimados e perpetuados em nome de valores aparentemente superiores.

A cena não apenas estabelece as bases do drama jurídico e ético que se desenrolará, mas também expõe as tensões mais profundas que sustentam a narrativa: a oposição entre justiça e vingança, entre preconceito e tolerância, e entre a rigidez da lei e a necessidade de equidade. Esse momento destaca a habilidade de Shakespeare em transformar uma negociação aparentemente simples em uma reflexão universal sobre as fragilidades humanas e as injustiças sociais.

A negociação levanta questões fundamentais sobre os limites da autonomia contratual. Segundo a tradição jusnaturalista, representada por autores como Tomás de Aquino, a lei natural deveria servir como um guia moral para os contratos, impedindo pactos que fossem contrários à razão ou à dignidade humana. Nesse sentido, o contrato, embora válido formalmente, desrespeita princípios éticos fundamentais, uma vez que coloca em risco a vida de um indivíduo.

Já na tradição positivista, a validade de um contrato deriva de sua conformidade com as regras impostas pelo soberano. Sob essa perspectiva, o contrato entre Shylock e Antônio seria legítimo, pois foi livremente acordado por ambas as partes e reflete a autonomia das vontades, um pilar fundamental da teoria contratual moderna. No entanto, a aplicação literal do contrato expõe os dilemas do positivismo, ao demonstrar como a obediência cega às normas pode levar a resultados manifestamente injustos.

Feito o empréstimo, Bassanio passa a preparar sua viagem a Belmonte e reunir sua corte, conforme os costumes da nobreza da época. O jovem, com seus recursos recém-adquiridos,

organiza a travessia marítima, acompanhado de sua corte comprada, para participar do sorteio que decidirá o casamento com Pórcia. Ele é o terceiro pretendente a tentar a sorte, após as falhas de dois outros concorrentes que escolheram a arca errada, sendo obrigados a partir imediatamente como penalidade.

Os momentos anteriores ao sorteio, incluindo a chegada da corte de Bassanio a Belmonte, são apresentados com um tom romântico e idealizado. Pórcia, ao ser informada da presença do jovem, demonstra sinais de afeto imediato, enquanto Bassanio se destaca pela simplicidade de sua escolha. Diferentemente dos pretendentes anteriores – o rei de Marrocos, que escolheu a arca de ouro, e o nobre francês, que optou pela de prata –, Bassanio seleciona a arca de chumbo, considerada a mais improvável. Os erros dos outros concorrentes, motivados por vaidade e ambição, revelam uma lição moral embutida nas mensagens encontradas dentro das arcas, como “nem tudo que reluz é ouro”. Já Bassanio, auxiliado por pistas sutis deixadas por Pórcia, incluindo uma canção com uma palavra que remete ao chumbo, faz a escolha certa, encontrando o retrato de Pórcia e garantindo o casamento.

No casamento, Pórcia entrega a Bassanio um anel, estabelecendo um pacto: ele nunca deve removê-lo, dá-lo a outra pessoa ou perdê-lo, sob pena de ruptura definitiva do relacionamento. Esse anel, além de ser um símbolo de compromisso, introduz um novo elemento contratual na narrativa, ligando-se à ideia de vínculos e promessas que permeiam toda a peça.

Enquanto Bassanio celebra sua vitória em Belmonte, os eventos em Veneza tomam um rumo dramático. As tempestades no Atlântico provocam o naufrágio dos barcos de Antônio, deixando-o insolvente e incapaz de cumprir o contrato firmado com Shylock. O atraso no pagamento dá a Shylock o direito de exigir a garantia estabelecida no contrato: uma libra de carne do corpo de Antônio. Esse cenário leva ao segundo julgamento da história, no qual Shylock busca fazer valer seu contrato no tribunal de Veneza.

A resolução desse conflito envolve a intervenção de Pórcia, que se infiltra no julgamento disfarçada de um jovem bacharel em Direito. Em sua atuação, Pórcia manipula a situação com habilidade jurídica, reinterpretando o contrato para salvar Antônio. Ela argumenta que Shylock tem o direito de retirar a libra de carne, mas sem derramar uma gota de sangue, uma condição impossível de cumprir. Essa manobra, embora eficaz, reflete o controle que Pórcia exerce sobre as dinâmicas da peça, assumindo papéis de advogada, juíza e mediadora, ao mesmo tempo em que desafia as normas de gênero da época.

Outro elemento interessante no julgamento é a figura do Doge, que simboliza o poder político do Estado de Veneza. Embora Pórcia conduza o julgamento, ela o faz por sua concessão, o que ressalta a autoridade estatal e a pretensão de universalidade e legitimidade do direito.

Shylock, ao construir sua defesa, se apoia nessa universalidade da lei. Ele argumenta que, se lhe negarem o direito de cumprir o contrato, toda a legalidade de Veneza será questionada. Esse ponto é central porque, historicamente, Shylock é um personagem discriminado. No momento em que busca ser tratado com igualdade, ele exige a aplicação rigorosa da lei como forma de garantir esse tratamento.

Hoje, um contrato que previsse a retirada de uma libra de carne de um devedor seria evidentemente nulo. No entanto, no contexto da peça e da época, a argumentação de Shylock dialoga com a concepção do Estado como um ente acima das diferenças individuais, detentor do monopólio da coerção. Assim, Shylock desafia o Estado ao dizer que, se ele não aplica suas próprias leis, ele fracassa como instituição.

Essa estratégia coloca o Estado de Veneza em um dilema sem saída: se concedesse o cumprimento do contrato, permitiria que Shylock matasse um cristão, cumprindo sua vingança. Se negasse, demonstraria que suas próprias leis não têm valor, deslegitimando-se. Dessa forma, independentemente do desfecho, Shylock se colocaria em uma posição de contestação do poder.

No terceiro momento de julgamento, a narrativa retorna ao pacto do anel. Bassânio oferece gratidão a Balthazar por salvar seu amigo Antônio, e o “jovem bacharel” lhe pede o anel de casamento. Ele hesita, mas ao final consente em entregar o anel e quebrar o pacto nupcial. Essa quebra cria outra tensão, que Pórcia segue manipulando no retorno a Belmonte, a demandar o anel a seu esposo e depois apresentar ela mesma o anel, dizendo que o recuperou dormindo com o jovem Balthazar. Nesse verdadeiro enredo de romances que se atam e desatam, Pórcia decide perdoar Bassânio. A resolução final destaca novamente o controle de Pórcia sobre os eventos, subvertendo as expectativas de sua posição enquanto mulher em uma sociedade patriarcal.

Pórcia manipula os três julgamentos para alcançar seus próprios objetivos, demonstrando não apenas sua inteligência, mas também como as normas podem ser subvertidas dentro de um sistema que tradicionalmente limita a atuação feminina. A atuação de Pórcia como um homem disfarçado no tribunal não apenas reflete as convenções teatrais da época, mas também questiona os limites de identidade e autoridade, desafiando as hierarquias estabelecidas e colocando-a no centro da resolução da trama.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo buscou demonstrar como a análise de *O Mercador de Veneza* permite explorar as complexas relações entre Direito, moralidade e sociedade, confirmando a hipótese de que a Literatura pode ser uma ferramenta poderosa para iluminar as contradições e transformações

históricas. Ao examinar personagens como Shylock, Antônio e Pórcia, o texto evidenciou como Shakespeare utiliza a narrativa dramática para criticar as estruturas de poder e as contradições de uma sociedade em transição para o capitalismo mercantil. A figura de Shylock, por exemplo, foi analisada não apenas como um representante do “outro” marginalizado, mas como um símbolo da luta por reconhecimento e dignidade em um sistema que o exclui, ao mesmo tempo em que depende dele. A intervenção de Pórcia, por sua vez, foi destacada como um exemplo de como a interpretação jurídica pode ser usada para desafiar normas rígidas e questionar hierarquias sociais. Essas análises confirmaram que a peça transcende seu contexto histórico, oferecendo reflexões universais sobre justiça, poder e identidade.

Além disso, o artigo explorou as complexas relações entre moralidade e economia no contexto renascentista, destacando como a obra de Shakespeare reflete as tensões de uma sociedade que dependia do comércio colonial e da exploração de recursos para sua riqueza, ao mesmo tempo em que propagava valores cristãos de caridade e bondade. A figura de Antônio, analisada em detalhes, exemplificou essa dualidade, ao ser retratado como um personagem benevolente em suas ações pessoais, mas cúmplice de um sistema econômico exploratório. Essa discussão reforçou a importância de estudar a obra de Shakespeare não apenas como um objeto literário, mas como um reflexo das dinâmicas sociais, econômicas e jurídicas de sua época. O artigo também conectou essas análises ao contexto global, mostrando como a expansão colonial e o comércio marítimo foram pilares fundamentais para a prosperidade europeia, e como essas questões ressoam em debates contemporâneos sobre justiça e desigualdade.

Por fim, o artigo destacou a relevância de estudar *O Mercador de Veneza* e outras obras shakespearianas nas universidades, não apenas no campo da Literatura, mas também em áreas como o Direito, a História, a Sociologia e a Filosofia. A complexidade da peça, que abrange desde questões jurídicas e econômicas até temas de gênero, religião e moralidade, a torna um objeto de estudo rico e multifacetado. Além disso, Shakespeare serve como uma referência fundamental para a filosofia, ao explorar dilemas éticos e morais que continuam a desafiar pensadores modernos, como a tensão entre justiça e vingança, a natureza do poder e a luta pela dignidade humana. Suas obras também são uma fonte inesgotável de inspiração para o teatro contemporâneo, que frequentemente revisita seus textos para refletir sobre questões atuais, como a discriminação, a desigualdade social e os conflitos de identidade. Dessa forma, o artigo cumpriu com seus objetivos ao demonstrar a relevância da obra de Shakespeare para a compreensão das dinâmicas históricas, sociais e culturais que moldam nossas sociedades, oferecendo uma contribuição significativa para o debate acadêmico e cultural.

REFERÊNCIAS

GALEANO, Eduardo. *As veias abertas da América Latina*. 38. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

HUBERMAN, Leo. *História da riqueza do homem*. 10. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1974.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. 2. ed. São Paulo: Martin Claret, 2010.

NEVES, José Roberto de Castro (Org.). *O espelho infiel: uma história humana da arte e do direito*. 1. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2020.

SHAKESPEARE, William. *Grandes obras de Shakespeare: volume 2: comédias*. Tradução de Barbara Heliodora. 1. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2017.

Recebido em: 22/06/2025.

Aprovado em: 23/07/2025.